

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.893 - SP
(2019/0153161-2)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : T O B
REPR. POR : A J B N - CURADOR
AGRAVANTE : M A O B J - ESPÓLIO
REPR. POR : M B B B - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DE MACEDO COSTA - SP024536
DANNYEL SPRINGER MOLLIET - SP147509
AGRAVADO : Y L (MENOR)
REPR. POR : V L
ADVOGADO : GIOVANNA GEORGETTI E OUTRO(S) - SP302761

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto por T. O. B. e pelo espólio de M. A. B. J. em face de decisão proferida pela Presidência deste Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo em recurso especial interposto pelos ora arguantes, em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão de admissibilidade recursal.

Nas razões do agravo interno, os recorrentes alegam, em síntese, que o recurso especial está unicamente fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional, e não na alegação de violação de lei federal, de forma que não poderia ter sido impugnado o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Em face dos argumentos declinados nas razões do presente agravo interno, com fulcro no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada de fls. 1126-1127 (e-STJ), e, diante da relevância da questão suscitada, verifico que merece provimento o agravo para melhor analisar o recurso especial interposto.

Ante o exposto, acolho o agravo interno para, em juízo de retratação, tornar sem efeito a decisão agravada de fls. 1126-1127 (e-STJ) e, desde logo, dar provimento ao agravo, a fim de determinar a sua conversão em recurso especial para melhor exame da controvérsia.

Superior Tribunal de Justiça

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator